



GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR JORGE QUINTINO

Requerimento Nº /2025

Requeiro à Mesa Diretora desse respeitosa Casa, após ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Caruaru, Rodrigo Pinheiro, o Anteprojeto de Lei que visa **instituir o Protocolo Municipal de Atendimento em Situações de Crise de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)** e dá outras providências.

EMENTA: Institui, no âmbito do Município de Caruaru, o Protocolo Municipal de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em situações de emergência ou vulnerabilidade, estabelece diretrizes para a capacitação dos profissionais públicos envolvidos e assegura o respeito aos direitos das pessoas com TEA.

Art. 1º Fica instituído no Município de Caruaru o **Protocolo Municipal de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)** em situações de emergência ou vulnerabilidade, com o objetivo de garantir a proteção, o acolhimento e a segurança dessas pessoas em contextos críticos.

Art. 2º O protocolo deverá ser seguido por profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública e outros serviços municipais, no atendimento a pessoas com TEA que se encontrem em situações de crise, emergências médicas, episódios de sobrecarga sensorial, ou situações de risco para a integridade física e emocional da pessoa autista.

Art. 3º O **Protocolo Municipal** deverá contemplar, entre outras diretrizes:



- I - Definição de fluxos de atendimento específicos para diferentes contextos (unidades de saúde, escolas, serviços de assistência social, segurança pública, etc.);
- II - Adoção de medidas de acolhimento e orientação para familiares ou responsáveis legais;
- III - Estabelecimento de procedimentos para a desescalonamento de crises, respeitando as necessidades individuais da pessoa com TEA;
- IV - Garantia de comunicação acessível e eficiente com a pessoa autista, respeitando suas necessidades sensoriais e comunicativas;
- V - Identificação e registro de dados relevantes para o acompanhamento da pessoa autista em situações de emergência, com o consentimento de seus responsáveis.

Art. 4º Fica estabelecido que os profissionais que atuam nos serviços públicos municipais deverão receber **capacitação contínua** sobre o atendimento a pessoas com TEA, com ênfase no acolhimento em situações de emergência, crise ou vulnerabilidade.

Art. 5º A capacitação mencionada no Art. 4º será promovida anualmente pela Prefeitura Municipal de Caruaru, em parceria com entidades especializadas, como instituições de ensino e organizações representativas de pessoas com deficiência.

Art. 6º O **Protocolo Municipal** deverá ser revisado periodicamente, com a participação de especialistas em TEA, representantes de famílias, e entidades de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 7º A Prefeitura Municipal de Caruaru deverá promover campanhas de **sensibilização e conscientização** sobre o atendimento a pessoas com TEA, visando à promoção da inclusão e ao respeito à diversidade.

Art. 8º O descumprimento das disposições desta Lei poderá acarretar em sanções administrativas, conforme as normas de responsabilidade do Município e de acordo com o que estabelece a **Lei nº 13.146/2015** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** e outras legislações pertinentes, tais como:



I - Advertência verbal ou escrita;

II - Multa administrativa, a ser fixada conforme a gravidade da infração;

III - Suspensão de atividades ou serviços públicos municipais prestados à pessoa autista, nos casos de reincidência ou descumprimento grave da legislação;

IV - Interdição temporária ou definitiva de estabelecimentos públicos responsáveis pelo atendimento, caso comprovada negligência em situações de risco.

Art. 9º A aplicação das sanções previstas no Art. 8º será de competência do Poder Executivo Municipal, podendo ser acompanhada por órgãos de controle e fiscalização como o **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência** e o **Ministério Público**.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

29 de abril de 2025.

Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor



JUSTIFICATIVA

O **Protocolo Municipal de Atendimento a Pessoas com TEA em Situações de Emergência ou Vulnerabilidade** visa precisamente instituir um conjunto de diretrizes claras que devem ser seguidas por profissionais da saúde, segurança pública, educação e assistência social. O protocolo propõe medidas para garantir que o atendimento às pessoas com TEA seja adequado às suas necessidades, respeitando sua condição e suas especificidades sensoriais e comunicativas.

Contudo, apenas o estabelecimento do protocolo não garante, por si só, sua efetividade. A realidade mostra que, muitas vezes, a falta de cumprimento de normas e orientações, ou a inadequação do atendimento, prejudica gravemente a qualidade de vida das pessoas com TEA e suas famílias. Para evitar que isso aconteça, é imprescindível que o descumprimento das diretrizes do protocolo seja devidamente sancionado, de forma proporcional e compatível com as leis que protegem os direitos das pessoas com deficiência.

A inclusão de **sanções administrativas**, como advertências, multas e suspensão de serviços, tem como principal objetivo garantir que o **Protocolo Municipal** seja efetivamente cumprido e que as pessoas com TEA recebam o atendimento adequado quando necessário. Essas sanções são fundamentais para reforçar a seriedade do cumprimento da lei e garantir que os profissionais e serviços públicos não negligenciem suas responsabilidades.

Além disso, a aplicação de sanções está em consonância com o princípio da **efetividade dos direitos** previstos na **Lei Brasileira de Inclusão** (Lei nº 13.146/2015), no **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** e em outras normas constitucionais que garantem a proteção de direitos das pessoas com deficiência. A implementação de penalidades para o descumprimento do protocolo também é uma forma de educar os profissionais e sensibilizar a sociedade para a importância do respeito e da inclusão das pessoas com TEA.



Portanto, o presente projeto de lei não apenas cria as diretrizes necessárias para o atendimento das pessoas com TEA em situações de emergência, mas também assegura que essas diretrizes sejam cumpridas de maneira eficaz, garantindo que, em Caruaru, as pessoas com TEA tenham acesso a um atendimento digno e respeitoso, conforme o que é determinado pela legislação nacional.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco

29 de abril de 2025.

Vereador PROFESSOR JORGE QUINTINO Autor